

A ‘Tragédia em Mariana’ e o Poder Hermenêutico do Acontecimento – uma Análise Preliminar¹

Terezinha SILVA²

Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG

Resumo

O artigo analisa o rompimento da barragem da mineradora Samarco, em Mariana, Minas Gerais, ocorrido em 05 de novembro de 2015, a partir da discussão teórico-metodológica sobre acontecimento. Tomando como objeto empírico textos jornalísticos publicados em sites das revistas Veja, Época e Carta Capital, analisa-se o processo de descrição e narração do acontecimento, buscando apreender os enquadramentos realizados e os tempos convocados nas narrativas jornalísticas. A análise revela a mobilização de diferentes quadros interpretativos para definir o que aconteceu (“acidente”, “desastre ambiental”, “crime sócio-ambiental”), bem como a relação entre esses enquadramentos e os tempos convocados pelo acontecimento.

Palavras-chave: acontecimento, enquadramento, narrativa jornalística, ‘tragédia em Mariana’.

Introdução

No final da tarde de 05 de novembro de 2015, uma quinta-feira, portais de notícias no Brasil começaram a divulgar as primeiras informações sobre o rompimento de uma barragem de rejeitos de minério de ferro da mineradora Samarco, em Mariana, cidade histórica de Minas Gerais. As notícias informavam apenas que a lama da barragem teria atingido o distrito de Bento Rodrigues, na zona rural de Mariana, provocado mortes e desaparecimentos de pessoas. No entanto, ainda não forneciam detalhes que permitissem compreender o que teria acontecido no local e imaginar a sua dimensão. As primeiras imagens (vídeos e fotos) de portais e telejornais, que mostravam um povoado soterrado pelo

¹ Trabalho apresentado no GP Teorias do Jornalismo do XVI Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Pós-doutoranda no PPGCOM-UFMG e associada ao GRIS – Grupo de Pesquisa em Imagem e Sociabilidade, do Departamento de Comunicação Social da UFMG. terezinhasilva@yahoo.com

lama, correram o mundo ainda na quinta-feira, chocaram e desataram a questão: o que aconteceu ali?

Essa é a pergunta central que impulsiona também o presente trabalho: como as mídias jornalísticas e/ou atores por elas citados interpretaram o rompimento da barragem em Mariana? O artigo está organizado da seguinte forma: primeiramente, discutimos a concepção de acontecimento que orienta a análise, inspirada na abordagem teórico-metodológica proposta por Louis Quéré (1997, 2005). Dela foi retirada a grade analítica através da qual analisamos o rompimento da barragem e seus desdobramentos como um acontecimento, observando especialmente o seu processo de *descrição* e de *narração*, de forma a apreender quais enquadramentos realizados, ações e atores privilegiados na narrativa, a inscrição temporal do acontecimento e a discussão sobre causas e consequências. Na segunda parte do trabalho, apresentamos a análise dessas dimensões do acontecimento, realizada a partir de um *corpus* constituído por material empírico coletado dos sites das revistas brasileiras *Veja*, *Época* e *Carta Capital*.

O Acontecimento e o seu Poder Hermenêutico

Conceito importante nos estudos da comunicação e do jornalismo, o acontecimento tem sido objeto de pesquisa de vários estudiosos, cujas análises se orientam por diferentes perspectivas (Verón, 1981; Tuchman, 1983; Champagne, 2000; Mouillaud, 2002; Katz, 1999; Molotch e Lester, 1999). Em geral, nota-se uma abordagem na qual predomina, em maior ou menor grau, o caráter de “construção” do acontecimento pelo sistema midiático, particularmente pelas mídias jornalísticas e seus profissionais.

Buscando ir além das descobertas importantes desses pesquisadores, temos trabalhado com uma concepção de acontecimento que o inscreve no terreno da experiência e da ação, no seu potencial de revelar processos em curso, de afetar os sujeitos, na sua capacidade de, pela sua irrupção e força de sua afetação, gerar uma profusão de sentidos, de práticas e discursos buscando compreendê-lo, significá-lo, tratá-lo (Quéré, 1997; 2005)³. Acreditamos que, nessa perspectiva, podemos analisar o processo de constituição social e simbólica dos acontecimentos, atentando, ao mesmo tempo, para o trabalho de construção

³ Tal é a abordagem de acontecimento que orienta as pesquisas que vem sendo desenvolvidas, há alguns anos, no âmbito do Grupo de Pesquisa em Imagem e Sociabilidade (GRIS), do Departamento de Comunicação Social da UFMG, do qual participo. Ver, por exemplo, França (2009, 2012); Silva e Simões (2014); FRANÇA, V. e OLIVEIRA, L. (2012); FRANÇA, V. e LOPES, S. , 2016.

discursiva realizado pelas mídias e/ou pelo jornalismo (Quéré, 1997 e 2005; França, 2009 e 2012; Silva e Simões, 2014).

A abordagem que nos orienta, elaborada por Louis Quéré (1997; 2005), propõe pensar o acontecimento como “um fenômeno de ordem hermenêutica: ele pede para ser compreendido, e não apenas explicado, por causas; por outro lado, ele faz compreender as coisas, tendo, portanto, um poder de revelação” (Quéré, 2005:60). Para o autor, o acontecimento é algo que provoca uma ruptura na continuidade da experiência individual ou coletiva, que afeta os sujeitos ao mesmo tempo em que é afetado por eles, e que possui um potencial de esclarecimento, ao criar condições para compreender o passado que o tornou possível e inaugurar novas possibilidades em relação ao futuro, à (re)organização da experiência e da ação. Ele é dotado de um “poder hermenêutico” pois, ao irromper no cotidiano e na experiência dos indivíduos, faz emergir uma profusão de sentidos, discursos e significações na busca pela sua compreensão, definição, apreensão e narração; surge como um fenômeno que cria novas condições para interpretar a realidade, o contexto no qual ele se insere, os problemas que ele cria ou revela (Silva, 2011; França e Lopes, 2016).

Nesta perspectiva, o processo social de definição e constituição dos acontecimentos ultrapassa a esfera midiática e o momento em que são divulgados, como nos lembra Quéré (1997; 2005). Segundo o autor, as mídias tomam emprestados de seu entorno sócio-cultural os procedimentos que elas utilizam para a “individualização dos acontecimentos”, ou seja, para atribuir sentido, identidade, valor e importância a uma ocorrência enquanto um acontecimento singular. Trata-se, portanto, de um processo coletivo.

Por esse viés pragmatista, um acontecimento não tem uma natureza intrínseca ou sentido previamente estabelecido. Ele “*se torna*”, através deste “processo de individualização” mencionado por Quéré (2000:11), ou seja, da sua singularização, da forma como adquire sentido e identidade enquanto um acontecimento singular (Silva e Simões, 2014). A individualização é um processo, constituído por várias etapas profundamente interligadas entre si: a *descrição* (enquadramento) do acontecimento; a sua *narração* (temporalidade e atores); a *recepção pública e dimensão pragmática* (públicos cujos discursos e práticas constituem e dão sentido ao acontecimento); a *conformação de problemas públicos* ou questões coletivas; e a *normalização* do acontecimento (Silva e Simões, 2014) ⁴.

⁴ Uma discussão mais aprofundada dessas dimensões do processo de individualização de um acontecimento pode ser encontrada em Quéré (1997, 2000, 2005) e em estudos que operacionalizaram o conceito de acontecimento a partir desta abordagem teórico-metodológica, dentre eles: Barthélémy (1992), Babo-Lança (2008), França (2009), (Silva & Simões, 2014).

Para os objetivos do presente trabalho - que não visa a análise do processo de individualização do ocorrido em torno ao rompimento da barragem em Mariana - , interessa-nos destacar e analisar apenas duas dessas dimensões: a *descrição* e a *narração* do acontecimento. Consideramos que elas são suficientes para apreendermos os enquadramentos, as principais ações e atores priorizados, bem como os tempos convocados para o ocorrido – aspectos que nos ajudam a refletir sobre o poder hermenêutico desse acontecimento.

A *descrição* de um acontecimento, conforme entendida pela abordagem aqui adotada, refere-se ao modo como uma determinada ocorrência é nomeada, categorizada, identificada e distinguida em relação a outras categorias de ocorrências. A descrição apresenta as principais características do acontecimento, inventaria os fatos e, principalmente, identifica como ele foi enquadrado. Trata-se de uma etapa importante para a identificação dos fatos e da forma como eles foram apreendidos pelas mídias e/ou outros atores.

A descrição do acontecimento e de suas características é orientada por “quadros de sentido” (França, 2009) ou “quadros da experiência” (Goffman, 1991:19): “princípios de organização ou elementos de base que estruturam os acontecimentos, ao menos os sociais, e que servem para definir a situação e a nossa implicação” . Segundo Goffman, nós percebemos os acontecimentos conforme os vários tipos de quadros primários que acionamos, a todo momento, e que nos permitem responder a pergunta: “*o que está acontecendo aqui*”? (Goffman, 1991:34). Tais quadros, ou matrizes interpretativas, são construções sócio-culturais e não individuais: subentendem certas convenções vigentes numa dada sociedade, que os indivíduos mantêm, atualizam ou questionam, em suas interações e relações sociais. O “enquadramento” é, então, a mobilização desses quadros, um processo fundamental na organização da experiência, pois permite aos indivíduos definir, compreender e atuar numa determinada situação. O conceito de enquadramento ou quadro de sentido nos permite identificar como um acontecimento ou situação foi definida por diferentes atores, inclusive as mídias jornalísticas, e possíveis disputas simbólicas estabelecidas (Silva, 2013; Silva e Simões, 2014).

Já a *narração* do acontecimento refere-se aos atores centrais cujas ações e discursos contribuem para nomear e constituir o acontecimento, bem como como a configuração de perspectivas temporais: passados e futuros que a ocorrência presente faz convocar. Trata-se de identificar a constituição de um passado, que remete ao “campo da experiência”, e de um futuro para o acontecimento, o que aponta ao “horizonte de expectativas” (Koselleck,

2006), às possibilidades por ele abertas, suas possíveis consequências (Silva, 2013; Silva e Simões, 2014).

A temporalidade de um acontecimento é geralmente estruturada em função do seu final, quando já se tem um término, mesmo que seja provisório. No entanto, como lembra França (2009), as mídias ou o trabalho jornalístico dispõem de esquemas narrativos prontos, aos quais o novo acontecimento é acomodado. Analisar a construção da narrativa é importante para perceber o que ela enfatiza: as ações e atores que são privilegiados, os seus papéis, a inscrição temporal do acontecimento, o ponto de partida escolhido para relatá-lo.

Para a análise aqui realizada, e dado limites deste artigo, escolhemos trabalhar com os textos jornalísticos de três das principais revistas de informação do Brasil (*Veja*, *Época* e *Carta Capital*)⁵, por quatro motivos: dedicaram considerável cobertura ao assunto; a princípio, dão um tratamento mais aprofundado aos temas abordados; disponibilizam as matérias em seus sites, o que facilita o acesso; representarem diferentes grupos de mídia e distintas linhas editoriais.

A coleta de dados tomou como ponto de partida o *Radar do GrisLab* (Laboratório de Análise de Acontecimentos)⁶, que monitora diariamente os acontecimentos e temas mais tratados por diferentes mídias nacionais (portais de notícias, jornais, revistas etc). Das 72 matérias captadas pelo *Radar do GrisLab*, nas diferentes mídias monitoradas, entre os dias 05 de novembro, quando ocorreu o rompimento da barragem, e o dia 28 de janeiro de 2016, quando aparece a última matéria captada pelo monitoramento, selecionamos para compor o *corpus* empírico desta análise apenas os textos veiculados pelos sites das revistas *Veja*, *Época* e *Carta Capital*. As três somaram 20 matérias no período, sendo 10 na revista *Época*, sete na *Veja*, e três na *Carta Capital*. Considerando pertinente a existência de um equilíbrio na quantidade das matérias para compor o *corpus* da análise e, ainda, os possíveis limites no monitoramento do *GrisLab*, realizamos uma coleta complementar no site das revistas *Carta Capital* e *Veja*, a partir dos próprios textos coletados antes, os quais remetiam a links de matérias relacionadas publicadas por *Veja* e *Carta Capital*. Com isso, o *corpus* foi composto por um total de 30 textos, sendo 11 da revista *Veja*; 10 de *Época*, e nove de

⁵ A revista *Istoé* não foi incluída pelo fato de que seus textos estão acessíveis no seu site apenas para assinantes.

⁶ O *GrisLab* é um projeto de pesquisa e extensão, coordenado pela professora Vera França e do qual participamos. Está em atividade desde meados de 2013, produz análises semanais de acontecimentos da atualidade tratados por diferentes mídias, além do monitoramento de mídia denominado *Radar do GrisLab* e de uma biblioteca online com textos de referência sobre a temática do acontecimento. Todos de acesso público no site do projeto: <http://grislab.com.br/>

Carta Capital⁷. Analisamos este material, então, à luz da grade antes delineada, buscando apreender como se deu a *descrição* e *narração* do acontecimento constituído pelo rompimento da barragem em Mariana e seus desdobramentos. Optamos por apresentar uma análise em separado de cada revista para captar possíveis diferenças e semelhantes, bem como estabelecer comparações.

De “Acidente” a “Desastre Ambiental”: os Enquadramentos Iniciais do Acontecimento

Um aspecto em comum das primeiras matérias produzidas sobre o rompimento da barragem da mineradora Samarco, em Mariana, publicadas nos sites das três revistas, entre os dias 05 e 09 de novembro de 2015, é, certamente, a busca por tentar definir e explicar o acontecimento. O que aconteceu ali? Assim, os primeiros relatos tanto vão tentando identificar que categoria de ocorrência era aquela quanto arrolando um conjunto de ações que caracterizam esse tipo de acontecimento.

Na revista *Veja*, o acontecimento é inicialmente enquadrado como um “acidente” ou “desastre” na primeira matéria que o site publicou, no mesmo dia do rompimento da barragem de Fundão, quinta-feira, 05 de novembro de 2015⁸. Quatro dias depois, *Veja* chega a nomeá-lo de “incidente” em uma das matérias⁹, mas passa efetivamente a categorizá-lo, a partir de então, predominantemente como “desastre”, “desastre ambiental”, “tragédia em Minas”¹⁰ ou ainda como “uma tragédia ambiental sem precedentes no país”¹¹. Nessa revista, portanto, os sentidos do acontecimento e suas consequências ficam restritos à dimensão ambiental. Nos relatos da revista e dos atores que ela incorpora à sua narrativa não há indicação de questionamento a essa interpretação do acontecimento como uma “tragédia ambiental”.

A escolha de um determinado quadro para emoldurar de sentido um acontecimento condiciona, certamente, a construção da narrativa. Em *Veja*, a cobertura do acontecimento tem uma natureza bastante descritiva. A revista se dedica a descrever ações e reações

⁷ Importante destacar que tais matérias jornalísticas se referem tanto à produção própria de cada revista quanto a matérias provenientes de outros lugares de produção e foram disponibilizados pelas revistas. Por exemplo: do Estadão e Folha de S. Paulo, no caso de *Veja*; do G1 e Folha de S. Paulo, no caso de *Época*; dos blogs *Envolverde*, e *Outras Palavras*, além da *Deutsche Welle*, no caso de *Carta Capital*.

⁸ *Veja*, 05/11/2015.

⁹ *Veja*, 09/11/2015.

¹⁰ *Veja*, 09/11/15; 23/11/2015; 24/11/2015

¹¹ *Veja*, 27/01/2016.

sucedidas depois que a barragem se rompeu e a construir os futuros possíveis para o acontecimento. Destaca, assim que a lama da barragem se espalhou, arrastou carros e casas, inundou e destruiu o distrito de Bento Rodrigues; a morte e o desaparecimento de pessoas; o resgate de centenas de moradores e o número de desabrigados. Menciona também as buscas por desaparecidos e por vítimas soterradas no local; o resgate e a identificação de corpos; a hospitalização de feridos em hospitais; a abertura de estradas e ruas tomadas pela lama; a divulgação de nota da mineradora Samarco; o salvamento de animais pelos Bombeiros. Ademais, *Veja* traz para sua narrativa as primeiras declarações de autoridades, como o prefeito de Mariana, Duarte Júnior, que decretou estado de emergência na cidade, e do promotor de justiça e coordenador de Meio Ambiente do Ministério Público Estadual, Carlos Eduardo Ferreira Pinto, que terá um papel importante na disputa pela interpretação do acontecimento, e que, naquele momento, define a situação como “catastrófica” e “muito delicada”¹². Dá destaque também à chegada da “onda de lama” ao oceano, a projeção da “mancha marrom” por “quilômetros da costa do Espírito Santo”, a contaminação da água por onde passaram os rejeitos de minério e a ameaça ao ecossistema marinho¹³. Nesta etapa inicial da construção de sua narrativa, *Veja* vai catalogando fatos e ações características de um acontecimento que denomina como “tragédia” ou “desastre ambiental”.

No conjunto dos primeiros textos publicados por *Veja*, observa-se que ela toma como ponto de partida de sua narrativa o rompimento da barragem, sem buscar escavar ações, experiências ou condutas anteriores àquele momento, que possam contribuir para (re)construir um passado e para compreender o acontecido. O passado anterior à queda da barragem aparece de duas formas na narrativa construída por *Veja*, neste momento do transcurso do acontecimento. Na primeira, quando as práticas passadas se relacionam à mineradora Samarco e suas acionistas, o relato apenas tangencia, sem maiores detalhes e postura crítica, os fatos agenciados por *Veja* ou pelas fontes que cita. Assim, há menções, pouco exploradas, sobre: a necessidade de “constante monitoramento” das barragens, nem sempre feito pelas mineradoras porque “encarecem consideravelmente a operação da lavra”¹⁴; o inquérito civil público aberto pela promotoria pública de Minas Gerais para investigar o ocorrido por suspeita de irregularidades em obras para ampliação da capacidade de armazenamento dos rejeitos do minério¹⁵; a negligência da Samarco na

¹² *Veja*, 05/11/2015 e 09/11/2015.

¹³ *Veja*, 23/11/2015.

¹⁴ *Veja*, 05/11/2015.

¹⁵ *Veja*, 09/11/2015.

prevenção de desastres, referenciada indiretamente pelo governador do Espírito Santo, Paulo Hartung (PMDB), em entrevista *ping-pong* à revista, ao afirmar que a resposta dada pela Samarco, após o ocorrido, evidenciou que a mineradora não tinha “um plano para enfrentar um desastre dessa magnitude”¹⁶; e a denúncia da *Folha de S. Paulo*, replicada por *Veja*, de que a barragem de Fundão também tinha lama da mineradora Vale, acionista da Samarco¹⁷.

A segunda forma de convocação do passado pela narrativa de *Veja* é quando as ações anteriores ao rompimento da barragem dizem respeito ao papel do governo federal no processo de fiscalização da atividade mineradora. Nesse caso, a revista assume um tom bastante crítico na interpretação que traz e no espaço dedicado à essa dimensão do problema revelado pelo acontecimento - a fiscalização de obras de risco sócio-ambiental no Brasil. Nesse contexto, também posiciona-se mais criticamente em relação às mineradoras, revelando uma mudança de posicionamento. Assim, em uma longa e destacada entrevista com o senador capixaba, Ricardo Ferraço (PMDB/ES), o entrevistador de *Veja* abre a conversa com o parlamentar instigando-o a responder se “a tragédia foi negligência do governo federal”¹⁸, além de questionar se “os presidentes da Vale e da BPP devem ser chamados à responsabilidade”, e se “não foi infeliz a Samarco dizer que não é o caso de pedir desculpas pela tragédia”¹⁹.

É interessante observar a mudança de posicionamento de *Veja*, nesse momento, no que concerne à discussão das possíveis causas e responsabilidades pelo ocorrido – até então não exploradas em seus relatos. É importante notar, porém, que isso não se dá sem que se perceba seus limites e contradições. Limites porque não convoca nem problematiza, por exemplo, o passado mais estendido de sucateamento da fiscalização da mineração referido no relato, nem os diferentes atores políticos-partidários com relações históricas com as mineradoras. Contradição porque, ao agenciar, na entrevista acima referenciada, o fato de que “a presidente Dilma tem recebido críticas porque [...] classificou o episódio como ‘desastre natural’ para fins de liberação do saque do FGTS para vítimas em Mariana”²⁰, *Veja* lança à sombra o próprio enquadramento feito desde o início pela revista (“acidente” e depois “desastre ambiental”), onde a ênfase é colocada no impacto ambiental do ocorrido e as causas e as responsabilidades implicadas vinham sendo ofuscadas em sua narrativa.

¹⁶ *Veja*, 21/11/2015.

¹⁷ *Veja*, 24/11/2015.

¹⁹ *Veja*, 22/11/2015.

²⁰ *Veja*, 22/11/2015.

Sentidos Compartilhados e Sentidos em Disputa

Como destacamos ao discutir o conceito de enquadramento que orienta a nossa perspectiva de análise, enquadrar ou definir uma determinada situação ou acontecimento é um processo natural e necessário na interpretação e atuação dos sujeitos na vida cotidiana, não sendo, portanto, uma primazia dos jornalistas e das mídias. As práticas jornalísticas estão inseridas em um contexto sócio-cultural, portanto dele se alimentam e a ele retornam e atualizam com suas narrativas. Por outro lado, também, esses quadros interpretativos acionados cotidianamente para interpretar e se posicionar em relação a um acontecimento ou tema (os cidadãos, os jornalistas, ou outros atores sociais) são, certamente, alimentados, atualizados ou reafirmados pela cultura e pelos valores sociais e normas ali vigentes, via práticas comunicativas.

Assim, a análise das narrativas jornalísticas produzidas sobre um acontecimento ou tema permite identificar também os quadros de sentido que outros atores sociais, referenciados como fontes jornalísticas, utilizam para definir o acontecimento e se posicionar em relação a ele e/ou ao que ele tematiza. Tais enquadramentos podem ser os mesmos ou distintos dos acionados pelas mídias jornalísticas, isto é, os quadros propostos pela instância jornalística podem ser compartilhados ou refutados por outros atores, no interior da mesma narrativa. É o que se nota, no caso aqui estudado, onde tanto há partilha de sentidos do acontecimento, em alguns casos, quanto questionamento, em outros.

Ilustrativo é o posicionamento do governador do Espírito Santo, Paulo Hartung, acionado pela narrativa de *Veja* e que também nomeia de “desastre” o que aconteceu. Ainda assim, ele não enfatiza a dimensão “ambiental” do enquadramento privilegiado por esta revista, dirige críticas à Samarco pela falta de um plano para enfrentar um “desastre dessa magnitude” e cobra da empresa “respostas à altura”²¹ – um posicionamento bem distinto ao que a própria revista manifesta, naquele momento do tratamento do acontecimento, em relação às responsabilidades da mineradora. Outro exemplo ilustrativo são os quadros interpretativos utilizados pela então ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, mencionada tanto nas narrativas de *Veja*, quanto de *Época* e de *Carta Capital*, que tanto categorizou o acontecimento como “o pior desastre ambiental enfrentado pelo Brasil”²², quando, dois dias após, como um “acidente” que ainda não acabou²³. Posteriormente, porém, no contexto das discussões sobre as consequências do acontecimento e do anúncio de ação judicial do governo federal e dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo para cobrar da Samarco, Vale e BHP multa de R\$ 20 bilhões, a então ministra do Meio Ambiente vincula o enquadramento que faz da situação com as responsabilidades pelo ocorrido, conforme indica a própria revista *Veja*: “A

²¹ *Veja*, 21/11/2015.

²² *Veja*, 23/11/15.

²³ *Veja*, 24/11/2015, s/n – grifo nosso.

ministra [...] fez questão de ressaltar que o episódio *não é um desastre natural*, e que, portanto, as empresas responsáveis têm de pagar pelo que aconteceu”²⁴. Assim, se *Veja* e alguns atores que ela traz para compor a sua narrativa compartilham, em dado momento, da mesma definição do acontecimento – “desastre” ou “desastre ambiental” –, as posições em relação às responsabilidades pelo ocorrido não necessariamente coincidem.

Algo semelhante se dá na construção da narrativa do acontecimento pela revista *Época*, cuja análise evidencia tanto o compartilhamento quanto a contraposição a interpretações propostas. *Época* também propõe quadros interpretativos semelhantes aos de *Veja*, ou seja, enfatizando o impacto que o rompimento da barragem trará ao meio ambiente. A revista categoriza-o, em diferentes momentos, como “acidente”, “desastre ambiental”, “tragédia ambiental”, “tragédia em Mariana”, “desastre ecológico em Mariana” ou, ainda, “o maior desastre ambiental da história da mineração no país”²⁵. No entanto, vozes de outros atores que a própria revista incorpora à sua narrativa dão outra definição da situação – “um crime”:

“Outro morador de Colatina [no Espírito Santo], o pescador Sebastião Oliveira era o retrato da desolação. Há 40 anos ele tira seu sustento daquele rio. Ao ver três peixes inchados lado a lado no cais, ele não resistiu e chorou. ‘*Isso é um crime! Isso é um crime!*’ Resta a esperança de que o crime seja punido, e um dia o rio consiga retomar seu curso vital” (ÉPOCA, 19/11/2015, s/n – grifo nosso).

A incorporação de vozes dos atores diretamente afetados pelas consequências do acontecimento, como o faz *Época* na citação antes referenciada, não só dá ao acontecimento uma dimensão mais humana e completa sobre os seus significados e impactos, como mostra que uma mesma narrativa de uma mídia informativa pode incorporar, na sua construção, interpretações nem sempre coerentes com o próprio sentido proposto por aquela mídia jornalística. Dentre as três revistas, apenas *Época* e *Carta Capital* incorporam a voz dos moradores da região, profundamente afetados pelo que aconteceu. Em *Veja*, esses atores e/ou suas organizações não aparecem; apenas são incorporadas vozes de autoridades (ministra, governador, senador) e especialistas.

Das revistas analisadas, *Época* é a que mais dá destaque ao posicionamento do promotor de Justiça de Minas Gerais, Carlos Eduardo Ferreira Pinto, que, logo nos primeiros dias pós-

²⁴ *Veja*, 27/11/2015, s/n – grifo nosso.

²⁵ *Época*, 11/11/2015 ; 13/11/2015; 19/11/2015.

rompimento da barragem, assume um papel central na rejeição do enquadramento de “acidente”, que então circulava no debate público-midiático. Enquanto o governador de Minas Gerais, Fernando Pimentel (PT), em seu primeiro pronunciamento sobre o ocorrido, no domingo, 08/11/2015, definia o acontecimento como “um desastre, uma tragédia de grande extensão” e sustentava a inexistência de falhas legais e jurídicas no licenciamento e vistoria nas barragens da Samarco²⁶, o promotor Carlos Eduardo Ferreira Pinto, defendia, no dia seguinte, que houve “negligência”. Para tanto, recordou que o Ministério Público já havia alertado sobre o risco de uma ruptura na barragem de Fundão, em 2013, quando a Samarco solicitou a renovação da licença para a barragem: “Não foi acidente. Não foi fatalidade. O que houve foi um erro na operação e negligência no monitoramento”²⁷.

A partir da incorporação de vários quadros interpretativos, desde o início do seu tratamento do acontecimento, a revista *Época* tanto agencia para a sua narrativa ações semelhantes às catalogadas por *Veja*, (a localização e reconhecimento de corpos; o desaparecimento de pessoas; as buscas; o embargo das atividades da Samarco; os danos ambientais causados etc), como valoriza outras ações e incorpora à sua narrativa atores e vozes que não aparecem no relato de *Veja*, dando destaque para as comunidades e pessoas atingidas, e suas reações à situação. Dentre as ações catalogadas por *Época*, destacam-se: os estragos da lama em Governador Valadares/MG e o decreto de calamidade pública nessa cidade pelo desabastecimento de água; o sobrevôo da presidenta Dilma às áreas afetadas, no dia 12 de novembro, e a cobrança que teria feito, aos presidentes da Vale e da BHP, de “providências urgentes para o atendimento às famílias desabrigadas e uma solução aos problemas ambientais”²⁸; a destruição de fazendas e propriedades de agricultores em Bento Rodrigues, onde eles ainda retornam para cuidar dos animais; os moradores de Paracatu, que caminham sobre os telhados das casas atoladas de barro, buscando resgatar algum bem ou objeto para lembrança²⁹; os protestos de comunidades afetadas, dentre elas o dos índios da reserva Krenak, que, durante uma reunião no dia 16 de novembro, serviram água suja do rio Doce para os executivos da Samarco beberem³⁰.

Em consonância com (e para sustentar) o enquadramento que propõe ou incorpora – de um “desastre”, porém provocado por falhas e omissões - *Época* também convoca, assim como a revista *Veja*, um passado de “precariedade” e “negligência” do governo federal com o órgão fiscalizador (DNPM), “nos últimos quatro anos”, o que teria levado ao fato de que em

²⁶ *Época*, 08/11/2015.

²⁷ *Época*, 10/11/2015.

²⁸ *Época*, 10/11/2015; 11/11/2015; 12/11/2015; 19/11/2015.

²⁹ *Época*, 17/11/2015.

³⁰ *Época*, 19/11/2015.

Minas Gerais, por exemplo, apenas 34% das 735 barragens foram fiscalizadas em 2015³¹. A narração de *Época* também se volta para o ano de 2012, quando o Ministério Público mineiro ajuizou 57 ações civis públicas “determinando reformas em diversas barragens, mas não se sabe se elas formam cumpridas”³².

Assim, cotejando as duas revistas antes analisadas, a construção narrativa de *Época* valoriza ações e atores que não aparecem em *Veja*, o que confere uma dimensão mais ampla ao acontecimento, não limitada à dimensão do seu impacto ambiental. Isso acontece, ao que parece, porque, mesmo nomeando o acontecimento como “acidente” ou incorporando o qualificativo “ambiental” e “ecológico” ao “desastre”, a revista *Época* evidencia, desde o início, a existência de enquadramentos divergentes para o que aconteceu (“crime”, “erro de operação e negligência no monitoramento” da barragem). Também no que toca o passado, essa revista evidencia, desde o começo, tanto omissões das mineradoras quanto dos órgãos públicos encarregados de monitorar e fiscalizar a mineração.

No que se refere à cobertura de *Carta Capital* - diferente das duas revistas anteriores – ela enfatiza muito mais a sua interpretação e opinião explícitas sobre fatos e questões relacionadas ao acontecimento do que a descrição de ações e discursos dos diferentes atores. Em consequência disso, é visível em *Carta Capital* um gesto narrativo mais voltado para a (re)construção do passado do acontecimento.

Nos primeiros relatos publicados por *Carta Capital*, o acontecimento também é categorizado como “tragédia em Mariana” e como “desastre”, acompanhado ou não do qualificativo “ambiental”³³. Em texto do dia 18/11/2015, contudo, a narrativa de *Carta Capital* busca distinguir-se de outras interpretações em circulação, que enfatizavam o impacto no meio ambiente, e propõe “nomear corretamente uma tragédia como tal”. Defende que “Mariana [...] não é uma tragédia ambiental”:

“O que aconteceu em Mariana é uma catástrofe para as vítimas, para a região, para o país e para o mundo. É uma tragédia e ponto [...]”. Para muitos, a tragédia ambiental ainda soa como algo distante da vida das pessoas, o que demonstra cabalmente a sua inverdade no caso da Samarco. Tragédias que matam pessoas, destroem casas, sepultam rios e consomem florestas são tragédias, simples e tragicamente assim”. (CARTA CAPITAL, 18/11/2015, s/d – itálico no original).

³¹ *Época*, 13/11/2015.

³² *Época*, 19/11/2015.

³³ *Carta Capital*, 11, 15, 18/11/2015.

Se o enquadramento do acontecimento como “tragédia” ou “desastre” é comum, em diferentes momentos, às narrativas jornalísticas aqui analisadas, a revista *Carta Capital* é a única a acionar um quadro de sentido não mobilizado pelas outras duas revistas para interpretar o que aconteceu em Mariana. Para *Carta*, tratar-se-ia de “um dos maiores crimes sócio-ambientais da história brasileira” e a responsabilidade é atribuída, embora não se restrinja, à empresa Samarco e às suas sócias Vale e BHP Billiton³⁴. No entanto, a construção narrativa da revista e de vozes que ela inclui, dedica-se a agenciar uma série de ações passadas, que ademais de incorporar a dimensão social e humana ao impacto do acontecimento, evidencia um conjunto de responsabilidades, de atores e de instituições.

O passado convocado por *Carta Capital* traz desde o patrimônio histórico-cultural do século XVII existente na região atingida pelo “tsunami de lama”(igrejas, casarios, sítios e objetos históricos)³⁵, até as negligências passadas em relação à prevenção e segurança na mina. Tanto a negligência e displicência por parte da Samarco e suas sócias, principalmente na prevenção de desastres, apontada por diferentes atores, quanto do “desleixo e da falta de responsabilidade”³⁶ dos órgãos públicos encarregados da concessão de licença e da fiscalização, o que teria resultado em licenciamento sem cumprimento de requisitos mínimos³⁷, como um sistema de alerta capaz de prevenir e salvar vidas. “Pegos de surpresa, dezenas de moradores e trabalhadores da mina acabaram soterrados”³⁸.

Mais do que iluminar determinadas omissões no caso, obscurecendo outras, a narrativa de *Carta Capital* estabelece uma relação entre ambas, enfatizando a histórica simbiose envolvendo interesses políticos e partidários e os interesses privados da mineração. Para tanto, faz lembrar: a tramitação, desde 2013, de um novo código de mineração no Congresso Nacional no qual está em disputa a partilha dos royalties do setor entre União, estados e municípios; as atuações passadas de congressistas em defesa de assuntos de interesse das mineradoras (apresentação de emendas parlamentares ao código da mineração ou projetos de lei que afrouxam as leis de controle e prevenção dos riscos sócio-ambientais de grandes obras); e o crescimento das doações da mineradora Vale às campanha eleitoral, entre 2010 e 2014, a candidatos de vários partidos³⁹.

³⁴ Carta Capital, 13/11/2015.

³⁵ Carta Capital, 15/11/2015.

³⁶ Carta Capital, 18/11/2015.

³⁷ Carta Capital, 14/11/2015 e 15/11/2015.

³⁸ Carta Capital, 15/11/2015.

³⁹ Carta Capital, 13/11/2015 e 18/11/2015.

Se o acontecimento, porém, tem um poder revelador, suscita diferentes sentidos e expõe práticas presentes e passadas que ajudam a compreendê-lo e significá-lo, abre também campos de possíveis, dentre os quais ação coletiva visando a discutir os problemas como os acima citados e valores sociais que ele expõe. Aspecto a ser tratado em outro trabalho⁴⁰.

Considerações Finais

No presente trabalho nos propomos a analisar o rompimento da barragem da mineradora Samarco, em Mariana, e os seus desdobramentos a partir de uma abordagem do acontecimento que destaca a sua inscrição no campo da ação e o seu potencial hermenêutico: revelador de sentidos e de problemas coletivos, ele ajuda a compreender o seu contexto de fundo, tem o potencial de esclarecer o passado e de abrir outras possibilidades de futuro. A partir dessa perspectiva, analisamos o processo de descrição e de narração do que aconteceu em Mariana, buscando identificar os enquadramentos do acontecimento e a maneira como a construção narrativa das revistas analisadas (Veja, Época e Carta Capital) convoca dimensões temporais, que condicionam as interpretações sobre o acontecimento, suas causas e consequências.

A análise permitiu identificar: a) o movimento dos quadros de sentido utilizados para interpretar o acontecimento (de “acidente” para “tragédia” ou “desastre ambiental” na narrativa de Veja e Época, ou de atores por elas citados); b) uma disputa ou questionamento de outros quadros interpretativos - mais evidente na revista Época e na Carta Capital, onde aparece a interpretação de “crime” ou de “crime sócio-ambiental” para descrever o acontecimento; c) uma valorização de ações e atores que incorporam um dimensão mais social, além da ambiental, no que tange às ações e ao impacto do acontecimento, que aparece em Época e Carta Capital, em virtude dos quadros interpretativos que estas revistas mobilizam para definir o que aconteceu; d) um conjunto de ações passadas convocadas e problematizadas, principalmente em Carta Capital, que contribui para esclarecer possíveis causas do ocorrido e reforçar os enquadramentos indicando negligências privadas e públicas.

REFERÊNCIAS

⁴⁰ Dado o caráter ainda preliminar desta pesquisa e, principalmente, os limites deste *paper*, não apresentaremos aqui a análise sobre os futuros possíveis na construção narrativa do acontecimento.

- BABO-LANÇA, I. *Reprodutibilidade do acontecimento na ordem institucional*. Conferência proferida no I Colóquio em Comunicação e Sociabilidade – Comunicação Midiática: instituições, valores e cultura. Belo Horizonte, GRIS / PPGCOM-UFMG, nov/2008.
- BARTHÉLÉMY, M. Événement et espace public: l'affaire Carpentras. In: Quaderni, No. 18, Automne, 1992, pp.125-140.
- CHAMPAGNE, Patrick. L'événement comme enjeu. In: *Réseaux*, 2000, volume 18 n°100. pp. 403-426.
- FRANÇA, V. R.V. O crime e o acontecimento midiático. Conferência proferida no 6º SOPCOM/4º IBÉRICO. Universidade Lusófona, Lisboa, abril 2009. Disponível em http://conferencias.ulusofona.pt/index.php/sopcom_iberico/sopcom_iberico09/paper/viewFile/296/27. Acesso: outubro de 2010.
- FRANCA, V. R. V.; OLIVEIRA, L. (Orgs.). *Acontecimento: reverberações*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012, p. 21-38.
- FRANÇA, V.R.V. e LOPES, S.C., 2016. Análise do acontecimento: possibilidades metodológicas. In: Anais... 2016, XXV Encontro Anual da Compós, UFG, Goiânia, 7 a 10 de junho de 2016.
- GOFFMAN, E. *Les cadres de l'expérience*. Paris. Les Éditions de Minuit. 1991.
- KATZ, E. Os acontecimentos mediáticos. In: TRAQUINA, Nelson (org.). *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. Comunicações e Linguagens. Lisboa. Ed. Veja. 2ª edição, 1999. pp.52-60.
- KOSELLECK, R. 2006. Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos.
- MOLOTCH, H. e LESTER, M. As notícias como procedimento intencional: acerca do uso estratégico de acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos. In: TRAQUINA, Nelson (org.). *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. Comunicações e Linguagens. Lisboa. Ed. Veja. 2ª edição, 1999. pp. 34-51.
- MOUILLAUD, M. e PORTO, S.D. *O jornal – Da forma ao sentido*. 2ª. edição. Editora UnB, Brasília, 2002.
- QUÉRÉ, L. L'événement. In: BEAUD, P. et al. (sld). *Sociologie de la communication*. *Réseaux*, CNET, 1997. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora PUCRio, 2006.
- _____. L'individualisation des événements dans le cadre de l'expérience. In : CEFAL, D. E PASQUIER, D. (Orgs.). *Les sens du public*. Paris : Press Universitaires de France, 2003, p. 113134.
- _____. Entre o facto e sentido: a dualidade do acontecimento. In: *Trajectos*. Revista de Comunicação, Cultura e Educação, nº 6. Lisboa: ISCTE / Casa das Letras Ed, 2005.
- SILVA, T. Acontecimento: evocando sentidos, provocando ações: uma análise do "Mensalão". In: *Intexto*, Porto Alegre, UFRGS, v00, n 30, p.72-92, 2014.
- SILVA, T.; SIMÕES, P.G. Um acontecimento em disputa: sentidos da exumação de Jango. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, 2014, 11(1):34-50. Disponível em: <https://goo.gl/g98wYO>. Acesso em: 11/01/2016.
- TUCHMAN, G. *La producción de la noticia. Estudio sobre la construcción de la realidad*. Ed. Gustavo Gili, Barcelona, 1983.
- VERÓN, E. *Construire l'événement. Les médias et l'accident de Three Mile Island*. Editions de Minuit, Paris, 1981.